



Gestão 2016/2019
Avançar nas Conquistas e
na Reconstrução Sindical

Informativo

SINTIETFAL

www.sintiefal.org.br

Filiado ao



SINASEFE

Nº 3 | Fevereiro 2017



Sintiefal apresenta balanço dos principais desafios para a manutenção de direitos em 2017. Pág 2

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Governo Temer
quer o fim da apo-
sentadoria para os
trabalhadores

Pág 3



RETROSPECTIVA

Confira as principais
lutas de 2016

Pág 6 e 7



EDITORIAL

Quais os desafios para a classe trabalhadora em 2017?

O ano mal começou e já é possível perceber que será mais um ano difícil para os trabalhadores brasileiros, mais um ano de recessão, de crise política acentuada e graves conflitos sociais.

Isso porque o Governo ilegítimo de Temer e os representantes dos ricos, dos banqueiros e das grandes empresas, instalados no Congresso Nacional, avançam contra os direitos da classe trabalhadora, ameaçam a existência dos serviços públicos e transformam as cidades em reduto de violência e de desigualdade.

Os crimes de intolerância, a crise no sistema prisional (privatizado) e a quebra de estados importantes, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, são pequenas mostras em 2017 desse modelo de sociedade que agoniza.

Para piorar, a concentração de renda só aumenta, de modo que, atualmente, pasmem!, apenas oito homens possuem a mesma riqueza de 3,6 bilhões de pessoas (Oxfam). O desemprego no Brasil bate recorde, fechando 2016 com 12,1 milhões de desempregados (IBGE) e com a expectativa de chegar a 13,6 milhões ainda em 2017 (OIT).

As instituições que deveriam proteger as leis e os direitos tomam partido dos detentores do capital. O mesmo STF que, diante da crescente mobilização contra o ajuste fiscal e a PEC 241/55, legislou contra a greve dos servidores públicos hoje põe em cheque os direitos dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Por pressão de Temer e Meireles, a Presidente do STF, Ministra Carmen Lúcia, já acenou rever a decisão de 2007 que julgou inconstitucional a redução da jornada de trabalho e de salários dos servidores públicos. Essa decisão, sem dúvida, servirá de precedente para outros



Estados e para o Governo Federal.

E se alguém ainda acreditava que o impeachment visava à moralização do país, os escândalos de corrupção, envolvendo membros do Governo Federal e o próprio Presidente, que estouram dia após dia, deixam claro o tamanho da ilusão.

O governo corrupto, a mando dos financiadores do golpe, além de aprovarem a PEC que congela os investimentos públicos por 20 anos, quer destruir conquistas históricas da classe trabalhadora e regredir a sociedade brasileira a patamares de direitos do início do século passado.

A Reforma da Previdência parece uma nova lei do sexagenário de 1885 – que concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos. Temer, que se aposentou com 55 anos e ganha salário acima do teto constitucional, quer que o trabalhador se aposente só depois dos 65 anos. Pior, para receber o salário integral, terá de trabalhar 49 anos contribuindo com a previdência.

O Governo também quer mexer na relação de trabalho e em todos os direitos conquistados e consolidados em 1943, na CLT. Para Temer, é preciso modernizar o mundo do trabalho e flexibilizar as relações trabalhistas, permitindo que o negociado se sobreponha ao legislado.

Sua reforma trabalhista quer ainda abolir qualquer limite de jornada de trabalho diário. Absurdo, sem precedentes!

Como se vê, a classe trabalhadora terá grandes desafios pela frente. Para preparar a resistência contra as reformas previdenciária e trabalhista, que estão sendo empurradas pelo governo, as centrais sindicais estão chamando uma paralisação nacional para o mês de março. Até lá, debates e uma campanha de comunicação cumprirão a agenda de mobilizar a opinião pública e sensibilizar a classe trabalhadora para somar-se à luta.

O desafio que o Sintietfal propõe aos servidores do IFAL é ingressar de cabeça nessa luta, dialogar diariamente e em todos os espaços sobre os ataques do Governo e conquistar o povo para lutar por uma sociedade mais justa e com igualdade social.

SOB NOVA DIREÇÃO



Jurídico e relação do trabalho
Elizabete Patriota

Graduada em Direito pelo CESMAC e Pedagogia pela UFAL, é pedagoga do Instituto Federal de Alagoas - Câmpus Satuba desde 2010. Tem experiência e formação na área de Educação e Direitos Humanos e Direito Público.



Jurídico e rel. trabalho adjunto
Sérgio Tavares

Possui graduação em Física (Licenciatura) pela UFAL (1986), especialização em Tecnologia dos Materiais de Construção Mecânica pelo CEFET-MG (1996) e mestrado em Engenharia Mecânica UFPB (2003). Lotado no câmpus Maceió, é professor titular do IFAL desde 1992.

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas - SINTIETFAL
CNPJ 35.745.645/0001-38

Rua França Morel, 136 - Centro. Maceió/AL

☎ 3223.6265

🌐 SINTIETFAL.ORG.BR

📧 @SINTIETFAL

✉ SINTIETFAL@SINTIETFAL.ORG.BR

Jornalista Responsável: Êsio Melo - MTE/AL 1509

Tiragem: 1000 exemplares

Resumo Financeiro -Set/Nov-

1. Entrada	+R\$ 225.550,04
2. Saída	- R\$ 208.842,98
2.1 Folha (pessoal)	- R\$ 55.766,52
2.2 Gerais	- R\$ 107.805,13
2.3 Administrativas	- R\$ 35.569,11
2.4 Manutenção/serviços-	- R\$ 9.702,22
3. Fundo de Caixa	- R\$ 123,00
3. Saldo	+R\$ 16.584,06

Balancete completo disponível em nosso site

PEC 287

Reforma da Previdência pretende acabar com o direito à aposentadoria

O governo Temer (PMDB) vem com tudo em 2017 para tentar aprovar, no Congresso Nacional, as reformas trabalhista e da Previdência. Para tanto, alega que existe um rombo na Previdência e que a CLT impede o surgimento de novos empregos.

Essa ladainha, repetida dezenas de vezes pela mídia, tenta convencer o povo brasileiro de que a culpa da crise é de seus direitos e que é preciso trabalhar mais e mais. É dito ainda que os brasileiros estão vivendo mais e, por isso, deve-se aumentar a idade mínima para a aposentadoria.

A proposta de o trabalhador se aposentar só após os 65 anos e contribuir durante 49 anos para receber a aposentadoria integral tem por objetivo reduzir “despesas” com a seguridade social, desviar ainda mais recursos para o pagamento dos juros da dívida e impulsionar o bilionário mercado dos planos privados de aposentadoria, um dos principais

e mais rentáveis produtos bancários.

A pressa de Michel Temer (PMDB) em retroceder nos direitos dos trabalhadores é grande, contudo os ataques à Previdência não são novidade. Desde os tempos de Fernando Henrique (PSDB), depois sob o comando do PT, nos governos Lula e Dilma, os trabalhadores perdem direitos previdenciários e enfrentam dificuldades para acessar os benefícios do INSS. As medidas de ajuste fiscal representadas pela PEC 55 e também os ataques contra a Previdência Pública, fazem crescer a necessidade de organizar a resistência.

“Não temos dúvidas de que se depender do congresso nacional, cheio de bandidos, o povo trabalhador não terá mais direitos. É preciso organizar a nossa classe para lutar e resistir, convencer o povo que é possível e necessário vencer essas medidas autoritárias”, afirmou Hugo Brandão, presidente do Sintietfal.



Principais ataques da PEC 287

- 1 - Aumenta para 65 anos a idade mínima da aposentadoria. Para se aposentar, os homens terão que trabalhar, em média, 12 anos a mais e as mulheres 17 anos a mais. Em Alagoas, a expectativa de vida é de 66,5 anos;
- 2 - Aumenta de 15 para 25 anos o tempo mínimo de contribuição para aposentadoria proporcional;
- 3 - Estabelece o tempo de 49 anos de contribuição para receber a aposentadoria integral;
- 4 - Acaba com a aposentadoria especial para professor, policial e trabalhador rural;
- 5 - Fim do direito à pensão integral. Reduz o valor para 50%, com acréscimo de 10% para cada filho menor de idade, e proíbe acúmulo com outros benefícios previdenciários.
- 6 - Fim do direito ao benefício assistencial de um salário mínimo, remetendo a lei fixar o valor desse benefício, sem vinculação com o SM.

Só quem paga a conta é você

Para tentar justificar a reforma, o Governo afirma que a Previdência é deficitária. Esconde que a previdência é parte do sistema de seguridade social e que destina seu superávit para a dívida pública.

A verdade é que uma gigantesca farsa contábil transforma em déficit o superávit do sistema previdenciário. Mesmo com a grave crise econômica e da recessão, os resultados têm sido positivos. Em 2015, a Previdência fechou com saldo de R\$ 11,2 bi.

Prova de que o governo reconhece o saldo positivo são medidas como as renúncias fiscais com recursos previdenciários e a manutenção do nefasto mecanismo denominado de Desvinculação de Receitas da União (DRU), que sistematicamente destina parte do

orçamento da Seguridade Social para outros fins que não os programas sociais. Só a DRU, em 2014, usurpou R\$ 63 bi das contribuições sociais.

Para agravar o cenário, foi aprovada no Congresso Nacional em setembro de 2016 a Emenda Constitucional 93/2016 que não apenas prorroga a DRU até de 2023, como amplia de 20% para 30% o percentual que o governo pode retirar dos recursos sociais. Com a medida aprovada, pode ocorrer a saída de R\$ 120 bi por ano do caixa da Seguridade.

Fato é que o Governo quer que os trabalhadores contribuam mais, não se aposentem e que esse dinheiro continue sendo desviado para outros gastos, como os juros e amortização da dívida pública. (Fonte: Anfp)

MP 746

Reforma do Ensino Médio é golpe contra a educação

Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo ilegítimo foi mexer na educação. No dia 22 de setembro de 2016, com menos de um mês da consolidação do golpe parlamentar, Temer editou a Medida Provisória 746 com duros ataques ao Ensino Médio.

Sem debate prévio com a sociedade, o governo, em decisão unilateral, rasgou os princípios democráticos presentes no Plano Nacional de Educação e os avanços da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Sua mudança na educação aconteceu por Medida Provisória e mereceu ainda as propostas que estavam em debate no Congresso desde 2013. Temer e Mendonça Filho demonstraram que suas políticas, inclusive para a educação, serão antidemocráticas e sem participação social.

Além da sua forma abrupta, a MP rompe também com uma educação que forneça instrumentos críticos de leitura do mundo, é a completa renúncia a uma formação que prepare o cidadão para pensar e refletir sobre si e seu mundo. Tira, principalmente do estudante de escola pública, a possibilidade de ter uma formação básica ampla.

“O Ensino Médio, nessa perspectiva, nada mais seria do que um direcionamento instrumental ou para o mercado de trabalho ou para a universidade, mecanismo no qual se opera a filtragem daqueles que continuarão seus estudos em nível superior e aqueles que, pressionados por campanhas midiáticas de que o Ensino Técnico é o caminho para o mercado de trabalho, deverão prag-

maticamente, por questão de sobrevivência, procurar uma formação voltada para a qualificação técnica”, afirmou, em nota, o Sinasefe Nacional.

Tal medida autoritária foi alvo de críticas, greves e ocupações estudantis. No auge do movimento, mais de 1000 escolas e universidades estavam ocupadas. Mesmo diante de tantos protestos, os deputados federais e Senadores aprovaram a matéria com poucas alterações.

Apartheid escolar

A propaganda realizada pelo Governo é que o novo Ensino Médio permite ao estudante escolher seu futuro e já aproveitar conteúdo para a universidade. Entretanto, só o sistema privado será capaz de montar um “cardápio” para sua clientela. O ensino público, que não tem professores para todas as disciplinas obrigatórias e sofre com a falta de recursos, não oferecerá opções para o estudante.

Para a docente do Colégio D. Pedro II, Magda Furtado, “a educação capaz de preparar o aluno para a continuidade de seus estudos provavelmente será privilégio daqueles que puderem pagar, já que cabe às redes de ensino a escolha das modalidades a serem ofertadas – e não ao aluno, como vem sendo alardeado (artigo 36, § 1º) – sem obrigação formal de que o sistema disponibilize mais de uma opção. Ao jovem do ensino público certamente estará assegurada apenas a modalidade mais barata aos cofres estaduais”.

Carga horária do curso técnico

O novo Ensino Médio de Temer

Reforma do Ensino Médio (MP 746)

- ☒ **ÁREA DE FORMAÇÃO**
Se a escola ofertar mais de uma opção, o aluno poderá escolher, já no início do curso, a sua área. As opções são Linguagens; Ciência da Natureza; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Matemática; e Formação Técnica e Profissional.
- ☒ **CURSO TÉCNICO**
Diminuirá o tempo de formação do estudante que optar pela formação profissional. Das atuais 3600 horas (ensino médio regular + curso específico), será reduzido para a carga horária prevista para todo o Ensino Médio, inicialmente 2400.
- ☒ **CARGA HORÁRIA**
A carga horária mínima deve passar das atuais 800 horas anuais (4 horas diárias) para 1400 (7 horas). A meta que em 5 anos após a publicação da BNCC as escolas ofereçam 1000 horas anuais.
- ☒ **PROFESSORES**
Poderão lecionar no Ensino Médio “com saber”. No Ensino Médio, se professores sem licenciatura fizerem complementação pedagógica, poderão lecionar.
- ☒ **BASE CURRICULAR**
A Base Nacional Curricular poderá exceder 1800 horas anuais no Ensino Médio. O prazo para a BNCC é até meados de 2020.
- ☒ **DISCIPLINAS**
Apenas matemática e física serão obrigatórias no Ensino Médio. A partir de 2020, o Ensino Médio terá, no mínimo, três disciplinas obrigatórias: matemática, física e filosofia.

*com alterações

e Mendonça Filho diminuirá o tempo de formação do estudante que optar pela formação profissional. Hoje para ter o diploma de técnico é preciso cursar as 2400 horas do Ensino Médio regular mais as 1200 do curso específico.

Na proposta do governo, o estudante poderá ter uma formação técnica/profissionalizante dentro da carga horária prevista para todo o Ensino Médio, sendo obrigatórias, durante os três anos, apenas as disciplinas de matemática e português.

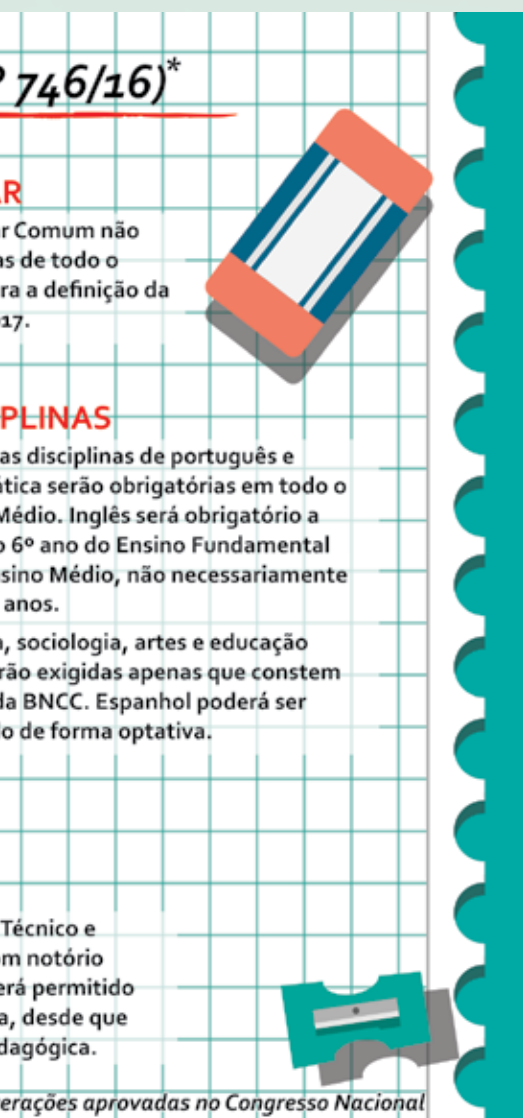
Segundo a professora Magda Furtado, esse novo modelo representará sérias implicações nos Institutos Federais. “O estabelecimento desses cursos técnicos aligeirados na rede estadual de Ensino Médio atingirá duramente os Institutos Federais, com cursos de longa duração

e profissionais capacitados, que logo serão vistos como caros demais. Não está nada disfarçado o evidente caminho da privatização do Ensino Técnico e Tecnológico e mesmo de toda a educação pública, para fazer frente à ‘religião do Estado Mínimo’, escreveu a docente sobre o tema.

Escola Integral

O Governo prevê o aumento da carga horária mínima anual do Ensino Médio de 800 horas anuais para 1200, passando de 4 horas para 7 horas de aulas por dia. A meta aprovada no Congresso Nacional é que em cinco anos, após a publicação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), já alcance 1200 horas anuais.

A escola pública que implementar essa modalidade poderá receber recursos da união através da Política



de Fomento de Escolas em Tempo Integral. O dinheiro será repassado com base no número de matrículas do Censo Escolar da Educação Básica, mas dependerá de disponibilidade orçamentária.

O MEC, em seu site oficial, prevê a destinação de R\$ 1,8 bilhão até 2018 para a criação de 500 novas matrículas. Fora isso, não haverá mais recursos, já que o governo optou em congelar o orçamento para investimentos no setor público por 20 anos. Mesmo com a criação dessas vagas, a expectativa é que cerca de 10% dos alunos matriculados no Ensino Médio estejam no ensino integral. Bem longe da meta do PNE de chegar em 25% em 2024.

Restrição de matérias

A batalha travada pelos setores retrógrados para ter uma educação acrítica foi alcançada com a MP 746. A ditadura militar havia banido as disciplinas de filosofia e sociologia dos currículos escolares em 1971. Só em 2006, por decisão do Conselho Nacional de Educação, elas foram incorporadas nas três séries do Ensino Médio. Agora, de forma velada, elas foram novamente deixadas de

lado.

Mesmo com uma grande campanha pela permanência dessas disciplinas, como também a de artes e educação física, a Câmara manteve o projeto do governo, tirando a obrigatoriedade dos três anos. Como paliativo aprovou a inclusão dessas na BNCC, que pode representar até 1800 horas do currículo do Ensino Médio.

A MP só garante nos três anos de Ensino Médio as disciplinas de português e matemática.

Precarização docente

A MP 746 representa ainda um ataque frontal à carreira docente. Além de permitir que professores com notório saber possam dar aulas no Ensino Técnico e Profissional, a câmara aprovou que profissionais graduados sem cursos de licenciatura possam dar aulas no Ensino Médio, desde que façam complementação pedagógica.

A câmara permitiu ainda que a formação em licenciatura dos docentes possa ser feita em faculdades

isoladas e não apenas em universidades e institutos superiores, como prevê a lei atual.

A proposta do governo, somada às alterações no Congresso, fica claro que não haverá investimento na formação de professores.

Inconstitucionalidade

O Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal no qual afirma que a MP 746 é inconstitucional. Para o Janot, políticas públicas não devem ser reformadas por medidas provisórias, com rito abreviado.

Além disso, Rodrigo Janot apontou que a discussão sobre a reforma curricular é complexa e precisa de participação democrática.

“O PGR destacou que a discussão da Base Nacional Comum Curricular é complexa e vem sendo feita de maneira participativa há anos, como deve ser, pois não se pode admitir que projeto dessa magnitude e relevância seja precipitado”, diz a nota divulgada pela Procuradoria Geral da República.

SEM AUDITORIA

Deputados prorrogam dívidas dos Estados

Os deputados federais aprovaram, em dezembro de 2016, o projeto que renegocia dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União, aumentando em até 20 anos o prazo para o pagamento de dívidas.

Aos estados que enfrentam crises financeiras mais graves, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o texto permite que o pagamento das dívidas seja suspenso por até três anos.

Na versão inicial do PLP 257/2016, apresentada pelo governo, haviam várias condicionantes para os entes federativos, tais como aumento

da contribuição previdenciária dos servidores, suspensão de aumentos salariais e de realização de concursos públicos, privatização de empresas e a redução de incentivos tributários.

Esses itens foram retirados em consequência da mobilização e pressão dos servidores e de outros segmentos da sociedade. Quando o projeto foi votado no Senado, essas condicionantes foram reincluídas. Só em nova votação na Câmara, elas foram eliminadas.

As mudanças aprovadas contrariam o entendimento da área econômica do governo, que considera es-

sencial medidas de corte de gastos e ajuste fiscal pelos Estados.

Entretanto, o governo federal poderá impor condicionantes a governadores no momento da negociação dos planos de recuperação. Caberá a leis estaduais estabelecer quais medidas de ajuste serão tomadas para a celebração do acordo.

A Lei Complementar que Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal também reduz o valor da parcela mensal a ser pagas à União caso os governadores se comprometem a desistir de even-

tuais ações judiciais que tenham por objeto a dívida.

“A razão para essa absurda exigência se deve ao fato de a dívida e os contratos dos entes federados se encontrarem inflados por ilegalidades e ilegitimidades desde a origem dos convênios firmados com base na Lei 9.496/97”, afirmou Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida.

Para a estudiosa, “a verdadeira alternativa é a auditoria de todas as dívidas, com participação social, e tributação das grandes fortunas e rendas, e a revisão de escandalosas desonerações tributárias”.

RETROSPECTIVA 2016

Um ano de muitas lutas pela manutenção dos direitos dos trabalhadores

O ano de 2016 ficará marcado na história do Brasil não apenas como o ano do Impeachment, da aprovação da PEC 241/55, da Reforma do Ensino Médio, dos ataques aos direitos do povo trabalhador e do crescimento dos crimes de intolerância política. Mas também, como o ano da resistência.

Desde que assumiu interinamente, o Governo ilegítimo não teve um dia apenas de descanso. Muita luta aconteceu no país. Trabalhadores da Cultura e artistas forçaram o Governo a voltar atrás da extinção do Ministério da Cultura (MinC). Os estudantes ocuparam mais de mil escolas – movimento que ficou

conhecido como primavera secundarista – e dezenas de universidades. Os servidores públicos fizeram greves de cunho político – não reivindicaram aumento, mas direitos. Diversos dias nacionais de luta mobilizaram trabalhadores do setor público e privado.

Para rememorar esse ano tão emblemático, o Sintietfal apresenta abaixo uma retrospectiva de temas importantes e as principais lutas dos servidores do IFAL em 2016. O objetivo dessa breve lembrança é que, para além dos reveses, as conquistas do ano deem ânimo novo para começar 2017 revigorado de energias para continuar a luta por direitos.



Sintietfal retorna à luta

Após uma longa disputa judicial, o Sintietfal teve sua eleição legitimada e a nova diretoria sindical tomou posse no dia 29 de fevereiro.

Com uma nova gestão comprometida com a luta e o patrimônio dos servidores, a sede passou por reparos e voltou a funcionar. Dívidas foram pagas, equipamentos foram adquiridos, funcionários e escritório jurídico contratados.



A estrutura sindical foi posta à serviço da luta dos servidores com grande publicidade e transparência na utilização da contribuição dos sindicalizados.

Ocupações Estudantis

Uma das marcas deixadas na história em 2016 foi a rebeldia estudantil. Mais de 1000 escolas e universidades foram ocupadas pelo Brasil e, em Alagoas, os estudantes seguiram o mesmo caminho da luta.

Os estudantes ocuparam 8 câmpus do IFAL, alguns por mais de 50 dias, para lutar contra a PEC 241/55 e a reforma do ensino médio.



Durante todo esse período, os servidores estiveram juntos, apoiando e se solidarizando com o movimento. O sindicato chegou a organizar plenária e caravanas de solidariedade.

Luta pelas 30 horas e contra o PE



01/09: Reitor se comprometeu a parar os ataques aos direitos dos servidores

A primeira luta da nova gestão foi a defesa da flexibilização da jornada de trabalho dos TAEs e contra o ponto eletrônico. Já na primeira assembleia, realizada a poucos dias da posse, foi convocada uma paralisação para o dia 1º de abril. Vários câmpus participaram e a reitoria retirou o tema da ordem do dia.

Meses depois, o Reitor anunciou o ponto eletrônico para os TAEs a partir do dia 1 de julho. Em assembleia geral, os servidores definiram o boicote e uma nova paralisação

para o dia 04/07. A paralisação repudiou também o ajuste fiscal de Temer e todas as formas de retiradas de direitos dos trabalhadores. O Reitor, mais uma vez, recuou.

A maior paralisação na Reitoria do IFAL ocorreu no dia 1º de setembro, quando a reitoria implantaria o Ponto Eletrônico para TAEs e Docentes. A grande paralisação fez com que o Reitor descesse de seu gabinete e se comprometesse a negociar e entrar na luta contra a PEC 241/55.

GREVE



A greve de 2016 foi um movimento eminentemente político contrário ao projeto do governo Temer para o Estado brasileiro. Foram 38 dias de um movimento que se somou às ocupações estudantis na pressão para que o Governo e o Congresso Nacional recuassem de impor a PEC 241/55 e a MP do Ensino Médio.

Foi um movimento no qual os servidores não abaixaram a cabeça para o Governo e nem para o STF que, juntos, tentaram proibir o direito de greve no Brasil.

Os servidores mostraram uma grande compreensão do momento político do país e construíram um movimento vitorioso que ultrapassou os limites dos câmpus e dialogou com a sociedade. Foram diversas panfletagens, visita a rádios e TVs, reunião com pais, manifestações de rua, entre tantas formas usadas para convencer a população do perigo que corre a educação e os serviços públicos.

Mesmo a greve tendo acabado com a aprovação da PEC, o sentimento da categoria é que a luta continua.

Assembleias



A gestão Avançar nas conquistas e na reconstrução sindical avançou, de forma marcante, na democracia e na participação da base.

Foram 11 assembleias em nove meses de gestão. Assembleias que debateram desde o envio de delegados para atividades nacionais até a deflagração da greve e boicote ao ponto eletrônico. A categoria retribuiu com o comparecimento que aumentou expressivamente em relação a anos anteriores.

Além disso, desencadeou a campanha *Sintietfal nos Câmpus*, cuidando de reconstruir a entidade sindical na base dos servidores, nas mais diversas cidades alagoanas.

Eventos

Como não poderia deixar de acontecer, a gestão sindical também se preocupou em realizar eventos para reunir, de forma lúdica, a sua base.

Tendo em vista o ano agitado politicamente, aconteceram poucas mas importantes atividades, sendo elas: o Encontro com Aposentados; o Forró dos Filiados; e a Confraternização de Fim de Ano.

Destaque para o Encontro com Aposentados, que trouxe novamente o hábito de alguns Servidores inativos de visitar a Sede do Sindicato e as atividades sindicais, como frequentar assembleias e reuniões.



Manifestações

Não faltaram lutas de rua em 2016. Foram diversas paralisações nacionais contra a PEC 241/55, o PLP 257, a Reforma da Previdência e em defesa de direitos sociais.

Essas manifestações levaram às ruas milhares de pessoas indignadas com a política do governo golpista, tanto na capital e quanto no interior. Fez com que a população de cidades sem tradição de movimento social tomasse as ruas para reivindicar direitos.

Um ponto positivo dessas manifestações foi a unidade dos trabalhadores e da juventude, que se uniu para resistir em defesa de direitos ameaçados pelo governo Temer. Vale destacar o papel do Sintietfal na unificação de lutas, dando vida ao Fórum em Defesa dos Serviços e do Patrimônio Públicos e propondo sempre atividades conjuntas com os sindicatos e centrais sindicais.



18/05 - Contra o PL Escola Livre;
12/5 - Paralisação Nacional (PLP 257);
16/06 - Dia Nacional de lutas;
4/07 - Paralisação e apitasso na Reitoria;
16/08 - Dia Nacional de lutas;
22 e 29/09 - Paralisação Nacional;
23/10 - Fora Temer no Posto 7;
24/10 - Carreata dos SPFs;
11/11 - Dia Nacional de Greve;
25/11 - Ato político-cultural (PEC241);
13/12 - Ato contra a PEC 241;
Passetas e atos públicos em Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Santana do Ipanema, Arapiraca, Maragogi, Viçosa, Delmiro Gouveia e Batalha

Formação Política

O Sintietfal se preocupou em garantir de discussão e formação política para sua base. Em abril, promoveu um debate sobre a conjuntura; em junho, trouxe representantes do Sinasefe para o Seminário *As 30 horas e o Ponto Eletrônico* e realizou o Pré-Encontro Nacional de Educação; em agosto, convidou o Juiz Federal Antônio José de Araújo para esclarecer aspectos legais e políticos da PEC 241/55 e do PLP 257.



Além disso, realizou o primeiro Curso de Formação Política do Sintietfal com o tema *A história do movimento sindical* e convocou junto com a Reitoria três audiências públicas para debater a PEC 241/55 no IFAL.

Atividades Nacionais

Desde o início da nova gestão sindical, o Sintietfal retornou à participação dos Fóruns Nacionais da categoria. Participou do Congresso do Sinasefe, das Plenárias Nacionais, do Comando Nacional de Greve, dos Grupos de Trabalho, da mesa de negociação com o Governo Federal. Foi eleito para a Comissão Nacional Docente e para a Comissão Nacional de Supervisão do PCC/TAEs.



Organizou ainda a caravana para OcupaBrasília no dia da votação da PEC 241.

RETROCESSO

Reitor do IFAL publica portarias e ataca direitos dos servidores



Em reunião, Sintietfal refutou o retrocesso nas 30 horas e no controle de ponto

O Reitor do IFAL, Sérgio Teixeira, usou seu poder discricionário para prejudicar os servidores do Instituto. Sua caneta assinou na tarde desta quarta-feira, 1 de fevereiro, portarias que retrocedem os direitos dos servidores no quesito de sua jornada de trabalho e de seu controle de ponto.

Horas antes da divulgação das portarias, o Sintietfal esteve reunido com a equipe da gestão e apelou para que o Reitor cumprisse sua palavra de campanha e garantisse a flexibilização da jornada dos TAEs e um controle de ponto condizente com a realidade dos câmpus.

O Sindicato alertou à gestão acerca dos diversos problemas estruturais, que impossibilitam uma permanência de oito horas dos servidores nos câmpus. Apesar da reunião e da grande rejeição dos servidores nas redes sociais, o Reitor e sua equipe insistiram nas mudanças.

Com as portarias, todos os servidores (TAEs e Docentes) passam a registrar o ponto eletronicamente através do Sistema Integrado

de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), acabando com o ponto presumido, e parte significativa dos TAEs passam a cumprir oito horas diárias.

Nos câmpus Maragogi, Muriç, Piranhas, Viçosa e Santana do Ipanema e na Reitoria não haverá nenhum técnico com sua jornada flexibilizada, de 30 horas. Nos demais câmpus, setores também funcionarão com técnicos no regime de 40 horas semanais.

As mudanças no ponto eletrônico de todos os servidores e na jornada de trabalho dos TAEs terão 30 dias e 60 dias, respectivamente, para serem adequadas.

O sindicato chegou a questionar, na reunião, se houve alguma nova interpelação de órgãos de controle obrigado o Instituto a modificar a relação de trabalho. O Reitor apresentou que sua ação se antecipa à determinação de órgãos e, como consta na notícia publicada no site oficial da instituição, o último documento dirigido ao IFAL foi a Nota Técnica nº 2571, de agosto de 2016.

Para o tesoureiro do Sintietfal, Gabriel Magalhães, essas mudanças mostram que a gestão do IFAL passa a atuar junto ao governo ilegítimo, retirando os direitos dos trabalhadores. “Não faz um ano que o Reitor publicou portarias determinando como seriam as 30 horas e o ponto eletrônico – não eram as ideais, mas eram muito melhores do que as atuais. Após isso, não houve exigências dos órgãos de controle. A mudança em questão trata-se de nova orientação da Reitoria se adequando à política dos golpistas instalados no governo”, afirmou o dirigente sindical.

Organização e luta

A Assembleia Geral dos Servidores do IFAL, realizada dia 6/02, definiu recorrer à Justiça e à mobilização da categoria para mudar o posicionamento do Reitor. Para o presidente do Sintietfal, a união da categoria pode modificar essa realidade.

“Já conseguimos barrar tais ataques outras vezes, fruto da pressão, mobilizações e até greve de nossa categoria. Mas, para isso, foi preciso mostrar a nossa força”, defendeu Hugo Brandão.



INFORME JURÍDICO

Ação Coletiva contra o GEAP - aumento abusivo da anuidade. Ajuizamento de Ação Civil Pública contra o GEAP, Processo nº 0731262-34.2016.8.02.0001, em tramitação na 5ª Vara Cível da Capital, em que discute a validade jurídica do abusivo aumento anual de 37,55%. Informa-se que a Sra. Juíza de Direito ainda não apreciou o pedido de tutela de urgência. Informa-se ainda que uma nova ação contra o novo aumento, já realizado em 2017, está sendo preparada.

Ação individual contra o IFAL - adicional de periculosidade em 30% (vigilante). Ajuizamento de Ação Condenatória contra o IFAL, em que o servidor busca o pagamento de 30% de adicional de periculosidade, já que o servidor exerce o cargo de vigilante. O IFAL deferiu o pagamento do adicional de periculosidade no percentual de 10%, já que as suas atribuições são perigosas. Logo, a ação visa ao pagamento retroativo de 30%, dos últimos 5 anos e o aumento do adicional para 30%. O processo está tramitando na 4ª Vara da Seção Judiciária Federal sob o nº 0806787-33.2016.4.05.8000;

Ação individual contra o IFAL - demora no pagamento administrativo (exercícios anteriores). Ajuizamento de Ação Condenatória contra o IFAL, em que o servidor busca o pagamento de valores reconhecidos administrativamente, mas que, por serem de exercícios anteriores, o IFAL não detém orçamento para o seu pagamento. A ação busca o pagamento judicial do crédito, pois não se admite a posição do IFAL em reconhecer o crédito e não quitar o que é devido. O processo está tramitando na 6ª Vara da Seção Judiciária Federal de Maceió (AL – Juizado Especial Cível Federal) e o processo fora tombado sob o nº 0524177-50.2016.4.05.8013.